

Conselho de Administração

Deliberação N.º 02/CA/2012

de 20 de Março de 2012

Aprova o Projecto-Piloto de Fibra Óptica nas residências (FTTH), da CVTelecom

I. Antecedentes

Em 10 de Novembro de 2010 a Agência Nacional das Comunicações - ANAC, ao tomar conhecimento de que a CVTelecom pretendia implementar um projecto de fibra óptica nas residências, endereçou uma nota à mesma, onde solicitou a esta operadora um dossiê completo referente ao citado projecto (nota de Ref. 195/PCA-ANAC/10).

Em resposta ao pedido da ANAC, a CVTelecom enviou as informações constantes nos termos de referência para o concurso que realizou sobre o fornecimento de redes de fibra óptica relacionado ao projecto-piloto de FTTH (carta da CVTelecom de Ref.169/CVT-/GCA/2010, de 16 de Novembro de 2010).

A ANAC, após analisar detalhadamente as informações recebidas pela CVTelecom, decidiu suspender o projecto de FTTH, em nota de Ref.156/PC-ANAC/11, de 30 de Agosto de 2011, endereçada àquela operadora, com base nos seguintes elementos:

- a) A CVTelecom não enviou o projecto completo de fibra óptica à ANAC, conforme solicitado;
- b) Era necessário realizar uma análise mais aprofundada das condições de concorrência que poderiam vir a resultar no âmbito da realização do projecto em referência;
- c) Ainda não se encontravam fixadas as obrigações específicas que poderiam ser aplicadas aos serviços e redes de comunicações electrónicas suportadas nas redes de fibra óptica;
- d) Cabe à ANAC emitir autorização que descreva em detalhe os direitos em matéria de acesso e interligação e de instalação de recursos previstos na lei, de modo a facilitar o exercício destes direitos por parte dos operadores;
- e) A CVTelecom não solicitou a devida autorização à ANAC para implementação de projecto-piloto de fibra óptica.

Em 31 de Agosto de 2011, a CVTelecom remeteu para a ANAC uma nota de Ref. 099/CVT/GCA/2011, onde comprometeu-se em acatar a decisão da Autoridade Reguladora de suspender o projecto FTTH, mas realçou que este projecto advinha de contactos formais efectuados com o Governo e que se enquadrava num conjunto de projectos estratégicos para o país, com vista a modernização da infra-estrutura de telecomunicações.



Em 02 de Setembro de 2011, a CVTelecom remeteu uma outra nota à ANAC, contendo em anexo um CD-ROM, no qual alega estarem inseridas todas as informações referentes ao projecto-piloto da FTTH da CVTelecom.

Face à informação recebida e análise de compatibilidade com projecto do regime jurídico ITED/ITUR a ANAC decidiu em conformidade, tendo em atenção o enquadramento e fundamentação que se seguem e considerando igualmente as melhores práticas a nível internacional existentes nesta matéria em matérias de Redes de Nova Geração (NGN).

II. Enquadramento

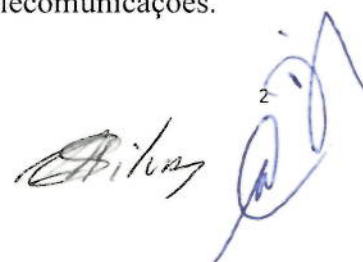
Um dos objectivos do estabelecimento do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações assinado entre o Estado de Cabo Verde (Concedente) e a Empresa Cabo Verde Telecom, SARL (Concessionária) consiste precisamente no estabelecimento, gestão e exploração das infraestruturas de transporte e difusão de sinal de telecomunicações de difusão, (alínea *b*) do número 1 da Cláusula 2ª).

O Contrato prevê como uma das obrigações genéricas da concessionária, dotar Cabo Verde de um serviço público de telecomunicações que responda plenamente às necessidades do Estado, da população e das actividades económicas em geral, devendo a rede de telecomunicações que lhe serve de suporte incorporar sistemas da mais moderna tecnologia, alínea *a*) do nº 1 da Cláusula 8ª.

No que se refere às obrigações específicas no âmbito das infra estruturas da rede básica e das infraestruturas de transportes e difusão, o Contrato em referência estipula que cabe à Concessionária desenvolver, qualitativa e quantitativamente, as infraestruturas da rede básica de telecomunicações, de modo a assegurar os níveis de qualidade e dentro de preços razoáveis para suportar os custos (todas as alíneas dos nºs 1 e 2 do artigo 9º).

Ainda no tocante às obrigações específicas no âmbito da prestação do serviço comutado de transmissão de dados, o Contrato de Concessão obriga a Concessionária a assegurar em condições de igualdade e não discriminação, a prestação, ao público em geral, de serviços de transmissão de dados por comutação de pacotes com características técnicas harmonizadas em conformidade com as recomendações aplicáveis, garantindo a sua interligação e interoperabilidade, sempre que tecnicamente viável, com serviços de telecomunicações de uso público prestados por outros operadores, quando por estes solicitado e desde que se verifiquem as especificações técnicas de acesso (alínea *b*) da Cláusula 13ª).

O preâmbulo do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro, dispõe que a liberdade de oferta de redes e serviços de comunicações electrónicas constitui um princípio fundamental das comunicações e provoca uma alteração da situação existente relativa à rede básica de telecomunicações que leva ao desaparecimento da proibição de criar redes de telecomunicações.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "E. Silva", is located at the bottom right of the page. To its right is a circular stamp with the number "2" inside.

A ANAC, enquanto Autoridade Reguladora Nacional, na prossecução dos objectivos de regulação, deve encorajar a realização de investimentos eficientes em infra-estruturas e a promoção da inovação (alínea *c*) do nº 2 do artigo 5º do Decreto - Legislativo n. 7/2005).

O mesmo Decreto - Legislativo permite a livre circulação, colocação no mercado e colocação em serviço no território nacional dos equipamentos de rádio e equipamentos terminais de telecomunicações e o regime de instalação de infra-estruturas de telecomunicações em edifícios, previsto na lei (alíneas *a*) e *b*) do nº 2 do artigo 2º).

Para garantir a liberdade de oferta de redes e serviços de comunicações electrónicas, o Decreto - Legislativo antes referido, atribui à Concessionária do serviço público de telecomunicações o dever de disponibilizar, por acordo, às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público o acesso a condutas, postes, outras instalações e locais de que seja proprietária ou cuja gestão lhe incumba, para instalação e manutenção dos seus sistemas, equipamentos e demais recursos, sendo certo que essa disponibilização de acesso a condutas poderá ser mediante o pagamento de uma remuneração (nºs 1 e 2 do artigo 24º).

O Decreto-Lei nº 31/2006, de 19 de Junho, que cria a Agência Nacional das Comunicações e aprova os seus estatutos, confere a esta Autoridade Reguladora poderes para emitir as disposições regulamentares que se mostrem necessárias ao exercício das suas atribuições (artigo 4º).

A ANAC, através da Deliberação nº 01/CA/2011, de 2 de Fevereiro, que identifica os Operadores com Poder de Mercado Significativo (OPMS) nos mercados relevantes no sector das comunicações electrónicas, determinou que a CVTelecom é OPMS em vários dos mercados de comunicações electrónicas, nomeadamente nos mercados de:

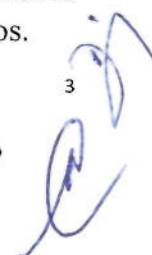
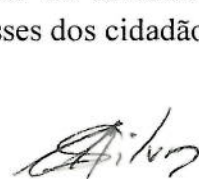
- Terminação de chamadas na rede fixa;
- Linhas alugadas inter-ilhas;
- Linhas alugadas intra-ilha;
- Fornecimento de acesso à banda larga;
- Fornecimento de oferta de acesso desagregado ao lacete local;
- Comunicação de voz fixa;
- Linhas alugadas às empresas.

A concretização do projecto FTTH terá um impacto directo nos mercados acima mencionados.

III. Fundamentação e Decisão

Dentre os objectivos de regulação das comunicações electrónicas a prosseguir pela ANAC, destacam-se (i) a promoção da concorrência na oferta de redes e serviços de comunicações electrónicas, de recursos e serviços conexos, com enfoque no encorajamento de investimentos eficientes em infra-estruturas e promoção da inovação e (ii) a defesa dos interesses dos cidadãos.

3



A ANAC entende que a evolução para uma infra-estrutura de acesso baseada em Fibra Óptica, ainda que seja a título experimental, é o caminho natural para proporcionar o desenvolvimento da rede básica concessionada à CVTelecom. Nesta perspectiva, o projecto apresentado vai nesse sentido, não obstante o facto de cobrir apenas algumas zonas das cidades da Praia e do Mindelo, com potencialidade económica.

Torna-se necessário acautelar que a exploração comercial dessa nova tecnologia seja orientada para a promoção da concorrência, incentivo ao investimento e à inovação em novas tecnologias, razão pela qual a sua introdução deve ser planeada de forma cuidada e supervisionada pela Autoridade Reguladora, a fim proporcionar o uso dessa tecnologia a outras operadoras interessadas e evitar a duplicação de investimentos em infraestruturas num país com recursos limitados, como é o caso de Cabo Verde.

Da análise feita ao projecto, verifica-se que a infra-estrutura proposta pela CVTelecom apresenta ao nível do transporte características de nova geração (NGN), o que assegura a sua fácil expansão, quer em termos de capacidade (número de casas e largura de banda), quer em termos de ser aberta a suportar novos serviços.

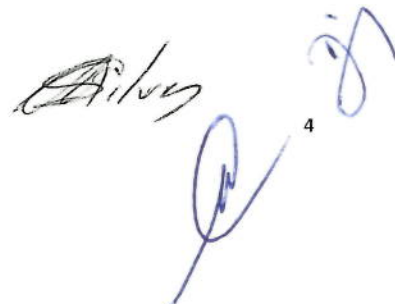
O projecto-piloto não cobre apenas o aspecto da infra-estrutura óptica, mas também os aspectos relativos a serviços que irão ser prestados com base nessa infra-estrutura, propondo os seguintes serviços base:

- Internet (que poderá ser implementado na infra-estrutura IP da CVMultimédia);
- Telefone (baseada em tecnologia VoIP);
- Televisão IP (IP será usado na íntegra de acordo com o serviço disponibilizado actualmente, com a diferença de não existir a limitação de 2 STB por cliente, dada a muito maior largura de banda disponível na fibra)

Além destes serviços básicos, são também propostos alguns serviços opcionais tais como:

- Televisão (RF overlay) onde propõem a instalação de um HeadEnd de TV de forma a disponibilizar em cada habitação um conjunto de 20 canais que devem ser fornecidos pela CVTelecom/CVMultimédia, com Set-Top-Box proprietárias
- Video on Demand (VoD) que permite a visualização de programas e filmes previamente armazenados num servidor central já existente.

O projecto-piloto de FTTH apresentado pela CVTelecom, da forma como se encontra, caracteriza-se como um investimento tecnológico já condicionado à prestação de serviços atrelados à CVTelecom e à CVMultimédia.

Two handwritten signatures in blue ink are visible at the bottom right of the page. The first signature is more legible, appearing to be "Ailvy". The second signature is more stylized and partially obscured by the page number.

Isso coloca em causa a separação de negócios e leva à prestação de serviços de forma conjunta, e consequentemente viola um dos princípios essenciais da regulação, que é a promoção da concorrência, dando lugar a situação de discriminação para com os outros operadores.

Daí a necessidade da ANAC em salvaguardar os aspectos atinentes à regulação de redes FTTH, dentre as quais:

- i. Promoção da concorrência;
- ii. Promoção da Inovação Tecnológica e dos seus serviços;
- iii. Garantia da previsibilidade regulatória;
- iv. Utilização eficiente de recursos.

Para o efeito, torna-se necessário adoptar as medidas que se seguem:

- i. Promoção de ofertas grossistas
- ii. Acesso aberto a qualquer conduta;
- iii. Acesso aberto em todos os edifícios;
- iv. Simplificação de procedimentos para construção;
- v. Promoção de acesso a áreas de pouca densidade populacional;
- vi. Garantia de condições justas e de previsibilidade.

Sendo assim, o Conselho de Administração, na sua reunião ordinária de 20 de Março de 2012, vem no âmbito das suas atribuições e competências previstas na lei, mais concretamente ao abrigo do disposto nos artigos 9º; 11º, b), i), j), l); 21º, b), c), d), e), todos do Decreto-Lei nº 31/2006, conjugado com o disposto na alínea t) do 32º do mesmo diploma, decidir o seguinte:

1. Aprovar a execução do Projecto-piloto de fibra óptica nas residências (FTTH), mediante o cumprimento das regras constantes em anexo e que fazem parte integrante da presente Deliberação.
2. A presente Deliberação entra imediatamente em vigor.

Praia, 20 de Março de 2012



O Conselho de Administração,

.....
David Gomes
Presidente

.....
Carlos Silva
Administrador

.....
Valdmiro Segredo
Administrador

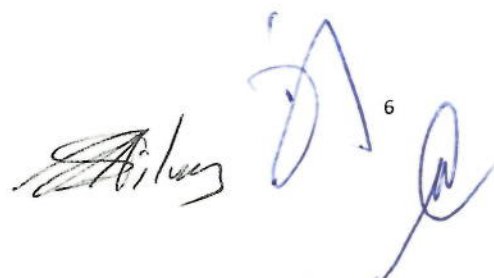
ANEXO

Regras a serem seguidas pela CVTelecom no âmbito do Projecto-Piloto de Fibra Óptica nas residências (FTTH)

I

Regras para Fibra Óptica nos edifícios já construídos

- 1 - As alterações a efectuar nos edifícios já construídos devem obrigatoriamente poder suportar a entrada e passagem de cablagem em fibra óptica de várias empresas de comunicações electrónicas e respectiva ligação a infra-estruturas de comunicações electrónicas existentes, devendo o primeiro operador a aceder ao edifício para instalar esse tipo de infra-estruturas assegurar o seguinte:
 - a) A instalação de toda a coluna montante do edifício com capacidade adequada ao fornecimento de serviços de comunicações electrónicas à totalidade do número de fracções do edifício;
 - b) A existência de pontos de ligação de cliente que permitam a cada empresa de comunicações electrónicas efectuar a ligação a cada fracção por meios próprios, ligando-se à coluna montante;
 - c) A partilha da infra-estrutura instalada, independentemente do tipo de estrutura de rede, por outras empresas de comunicações electrónicas que pretendam oferecer serviços de comunicações electrónicas baseados na tecnologia de fibra óptica.
- 2 - Para efeito do disposto na alínea c) do número anterior, o ponto de partilha deve ser localizado no interior do edifício, dentro ou junto do repartidor geral do edifício.
- 3 - Se, por motivos técnicos, não for possível observar o disposto no número anterior, as empresas de comunicações electrónicas devem encontrar uma solução alternativa, nomeadamente através da localização do ponto de partilha num outro local do edifício ou na entrada do edifício, na caixa de acesso às infra-estruturas de comunicações electrónicas, ou ainda através da utilização do ponto de partilha colectivo da urbanização.
- 4 - A partilha de infra-estruturas de comunicações electrónicas entre empresas de comunicações electrónicas é efectuada em termos de reciprocidade e de acordo com os princípios de transparência, não discriminação e orientação para os custos, considerando nomeadamente o incremento de custos incorridos pela empresa de comunicações electrónicas na instalação de uma infra-estrutura partilhável, nos seguintes termos:
 - a) O primeiro operador a aceder ao edifício suporta integralmente o custo da construção da infra-estrutura, tal como definida nos números anteriores;



6

- b) O segundo operador a aceder ao edifício pode ligar-se à infra-estrutura desenvolvida pelo primeiro pagando a este último 50 % do custo por si incorrido e os seguintes operadores podem também ligar-se à mesma infra-estrutura suportando os custos na proporção que lhes corresponder.

5 - A forma de cálculo dos custos referidos no número anterior, a forma de pagamento entre operadores, designadamente a responsabilidade pela gestão do relacionamento entre os operadores e os condomínios, bem como todos os demais aspectos necessários à concretização do disposto no presente ponto, são aprovados em conformidade com estipulado no regime jurídico ITED/ITUR.

II

Acesso aberto às infra-estruturas nos edifícios

- 1 - Os proprietários e as administrações dos edifícios estão obrigados a garantir o acesso aberto, não discriminatório e transparente das empresas de comunicações electrónicas às infra-estruturas de telecomunicações, para efeitos de instalação, conservação, reparação e alteração, sem prejuízo do direito à reparação por eventuais prejuízos daí resultantes.
- 2 - O acesso às infra-estruturas de telecomunicações que integram as partes comuns dos edifícios nos termos do número anterior não pode ser condicionado ao pagamento de qualquer contrapartida financeira ou de outra natureza por parte dos proprietários ou administrações dos edifícios.
- 3 - São proibidas e nulas as cláusulas contratuais que prevejam a exclusividade de acesso às ITED instaladas, sendo obrigatoriamente resolvidos ou reduzidos os contratos que hajam sido celebrados em momento anterior ao da entrada em vigor do presente Decreto-Lei e que contenham cláusulas de exclusividade no acesso às infra-estruturas.
- 4 - As empresas de comunicações electrónicas que já se encontrem a prestar serviços num determinado edifício não podem, por qualquer modo, directa ou indirectamente, dificultar ou impedir a utilização das infra-estruturas por parte de outras empresas de comunicações electrónicas.

III

Proibição de utilização exclusiva das infra-estruturas adequadas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas

São proibidas e nulas as cláusulas contratuais que prevejam a ocupação em exclusivo por uma empresa de comunicações electrónicas, das infra-estruturas adequadas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas.



IV

Qualidade das instalações e dos materiais

A qualidade dos materiais a serem utilizados nas infra-estruturas de telecomunicações nos edifícios e urbanizações, bem como os trabalhos de instalação devem respeitar os requisitos mínimos definidos nos manuais a serem elaborados no âmbito da regulamentação do regime jurídico ITED/ITUR.

V

Acesso desagregado à Fibra

O acesso desagregado à Fibra ou a regulação do acesso a fibras não iluminadas fica sujeito à definição de políticas de regulação em matéria de acesso a redes de Nova geração.

Three handwritten signatures in blue ink are located at the bottom right of the page. The first signature is on the left, the second is in the middle, and the third is on the right, above the page number.